Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 05 de Dezembro de 2019

dgbb assessoria de imprensa
SCN Qd. 01, Bloco A Ed Number One, Sala 1402 - Brasília/DF
ww.dgbb.com.br

O GLOBO | 05/12/19 | SOCIEDADE

Organizações vão à Justiça para suspender carteirinhas estudantis

PAULA FERREIRA
paula.ferreira@infoglobo.com.br
BRASÍLIA

A União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e a Associação Nacional de Pós-graduandos entraram com um mandado de segurança para suspender a emissão de carteirinhas estudantis pelo Ministério da Educação (MEC). Na ação protocolada na última sexta-feira no Superior Tribunal de Justiça (STJ), as entidades argumentam que a emissão do documento pelo aplicativo ID Estudantil e o acesso do ministério aos dados dos estudantes violam o direito à privacidade.

De acordo com o recurso, não existe lei que autorize o MEC a utilizar os dados repassados ao órgão pelas instituições de ensino sem consentimento prévio. A ação pede que seja concedida uma liminar e que, depois, haja uma decisão para impedir o MEC de armazenar dados dos alunos e emitir a carteira.

No início de setembro, o governo publicou uma Medida Provisória (MP) criando a ID Estudantil. A medida alterou a Lei da Meia Entrada, que dava às entidades estudantis a prerrogativa de emitir as carteiras de estudante. A MP instituiu o Sistema Educacional Brasileiro, onde as instituições se cadastram para repassar os dados dos alunos. A ID Estudantil pode ser emitida para todas etapas da escolarização.

Atualmente, o valor obtido com a emissão das carteirinhas é a principal fonte de recurso das entidades estudantis. A UNE cobra, em média, R$ 35 pela emissão do documento. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, já afirmou reiteradamente que a emissão gratuita da carteira pelo MEC quebrará o monopólio dessas instituições.

FOLHA DE SÃO PAULO | 05/12/19 | EDITORIAL

Aquém do básico

Os resultados do Pisa —a avaliação trienal conduzida pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que busca comparar o desempenho de alunos de 15 anos em 79 países— revelam as deficiências e, pior, a estagnação do ensino no Brasil.

Além de não ter registrado melhora nas três habilidades medidas (leitura, matemática e ciências) na última década, o país ganha triste destaque pela quantidade de adolescentes que não atingem o desempenho considerado mínimo.

Em leitura, por exemplo, tal patamar significa ser capaz de identificar a ideia principal de um texto de tamanho moderado; encontrar informações com base em critérios explícitos, ainda que complexos; e refletir sobre a forma e função de um escrito, quando provocado.

Só metade dos brasileiros de 15 anos demonstrou essas habilidades em 2018, segundo o teste da OCDE. A média entre os países mais desenvolvidos é de 77%.

Em matemática, a situação é ainda mais desalentadora. Menos de um terço de nossos estudantes conseguem identificar situações cotidianas que podem ser convertidas em operações matemáticas simples, como a comparação de preços em diferentes moedas.

O relatório indica que o mau resultado do país não se explica apenas por escassez de renda ou gasto público —ficamos atrás de nações com gasto per capita similar, como Turquia, Ucrânia e Sérvia.

A OCDE acertadamente destaca em seu relatório a importância da promoção de mais igualdade na educação, fator decisivo para as chances de ascensão social.

No caso brasileiro, os provedores de ensino básico são os estados e municípios, aos quais compete a busca urgente por qualidade —a administração paulista, em particular, deve um desempenho à altura de seus meios. Espera-se ainda que a recente reforma do nível médio reduza as taxas de evasão.

Ao governo federal cabe estabelecer diretrizes gerais, como a base curricular nacional. O ministro Abraham Weintraub, entretanto, mantém-se mais empenhado em batalhas ideológicas de Itararé.

FOLHA DE SÃO PAULO | 05/12/19 | MÔNICA BERGAMO

PLANTÃO

Cerca de 60 formandos de medicina foram ao Conselho Regional de Medicina do Estado de SP (Cremesp) reivindicar a emissão de seus registros profissionais para que possam começar a trabalhar.

MÉDICO

O documento, porém, só pode ser emitido após a colação de grau, o que vem depois da divulgação da relação dos estudantes que realizaram o Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes). Para os formandos deste ano, isso será feito em janeiro de 2020 —o Enade ocorreu no último dia 24.

ALTA

O Cremesp notificou o Ministério da Educação solicitando solução ao impasse. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, responsável pelo Enade, diz que "a relação de estudantes em situação regular será disponibilizada na mesma data para todos os cursos participantes, respeitando a isonomia nos processos de divulgação de resultados".

FOLHA DE SÃO PAULO | 05/12/19 | COTIDIANO

Candidatos a professor têm notas abaixo da média do país

Érica Fraga
SÃO PAULO

Nenhum estado brasileiro escapa de um diagnóstico negativo que ajuda a explicar a baixa qualidade da educação no país: estudantes que almejam se tornar professores têm desempenho acadêmico pior do que a média dos demais futuros profissionais.

É o que revela um novo estudo liderado por Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna (IAS) e professor do Insper.

O trabalho busca identificar oportunidades para melhorar a educação nas 27 unidades da federação, na esteira da mudança demográfica que levará a uma brutal queda no número de alunos em idade escolar no Brasil.

A pesquisa aponta características do sistema educacional particulares de cada estado do país, que podem variar significativamente.

Alguns têm problemas marcantes de infraestrutura; outros lidam com salas de aulas lotadas. Mas a deficiência educacional dos candidatos a professores é um ponto comum a todas as unidades da federação.

A conclusão de Barros e de sua equipe é embasada pelos resultados de duas provas: o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e o Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes).

O primeiro é feito por aqueles que pretendem ingressar no ensino superior. Os dados revelam que, em todos os estados brasileiros, a nota de corte para ingressar em cursos de licenciaturas —que preparam para a atividade docente em áreas como português, matemática e história— é inferior à média registrada por todos os cursos universitários.

No Pará, estado onde os aspirantes ao magistério tiveram o melhor desempenho, a pontuação mínima para a entrada nas licenciaturas foi 649,3, na média, entre 2014 e 2018.

No mesmo período, a nota de corte para o conjunto dos cursos superiores foi 661,1. A distância de 11,8 pontos no estado do Norte foi a menor verificada no país.

Já a maior discrepância ocorreu em Santa Catarina, onde o ingresso nas licenciaturas exigiu um mínimo de 606,3 pontos, enquanto a entrada na média de todas as carreiras teve 674,4 de nota de corte. A diferença neste caso foi de 68,1 pontos.

No Brasil como um todo, as notas mínimas de acesso à faculdade são, respectivamente, 613,1 para licenciaturas e 662,1 para o conjunto de todos os cursos universitários.

"Esses dados mostram que o perfil dos alunos que atraímos para o magistério se tornou um problema sério", diz Laura Machado, especialista em educação na cátedra

do Instituto Ayrton Senna no Insper.

Segundo a pesquisadora, que participou do estudo, essa realidade é preocupante porque as evidências empíricas indicam que a qualidade do professor é o fator que mais afeta a aprendizagem do aluno. “Quanto melhor for o professor, mais o aluno vai aprender.”

A pesquisa mostra que a mesma realidade do Enem tem se repetido no Enade, exame feito pelos concluintes do ensino superior. Isso indica que os anos de formação universitária não eliminam os déficits educacionais que os futuros docentes brasileiros trazem da escola básica.

As notas dos concluintes de pedagogia e das licenciaturas em 2017 foram menores do que os resultados da média dos graduandos das 44 áreas testadas naquele ano em todos os estados brasileiros.

No caso do Enade, a menor diferença ocorreu em Roraima, onde, no entanto, ambas as notas — respectivamente, 44 e 44,9— são baixas em relação à média nacional de 48,4 e 51,4.

Já a maior distância entre futuros professores e os concluintes do conjunto das áreas examinadas foi registrada em Minas Gerais, no Sudeste, onde a nota dos alunos de pedagogia e das licenciaturas foi 50,6 e a pontuação média de todos os cursos foi 55.

Segundo especialistas, o perfil de alunos que buscam o magistério é explicado pela baixa atratividade da profissão docente no país.

A análise dos pesquisadores do IAS e do Insper indica que as causas para isso podem variar.

Há unidades da federação que lidam com problemas mais severos de ambiente hostil dentro das escolas, caso de São Paulo, onde os percentuais de professores que relatam ameaças e agressões por parte dos alunos são altos em comparação à média nacional.

Em alguns, a remuneração desponta como problema mais grave que no país como um todo. Em estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os docentes da rede pública —que concentram os maiores percentuais de matrículas da educação básica— ganham menos que os professores de escolas particulares.

Essa realidade difere do ocorrido na maior parte das unidades da federação, onde a relação de salários das redes pública e privada é o inverso.

O objetivo do estudo, que será apresentado nesta quinta (5) em São Paulo para representantes das secretarias de Educação estaduais, é apontar um diagnóstico detalhado para cada uma das 27 redes do Brasil.

A partir disso, a pesquisa aponta sete tópicos que podem ser alvo de decisões dos formuladores de políticas públicas em prol da melhoria da qualidade da educação.

O pano de fundo do trabalho é a chamada transição demográfica que vive o Brasil, processo em que as taxas de natalidade e mortalidade caem, resultando em uma população mais envelhecida.

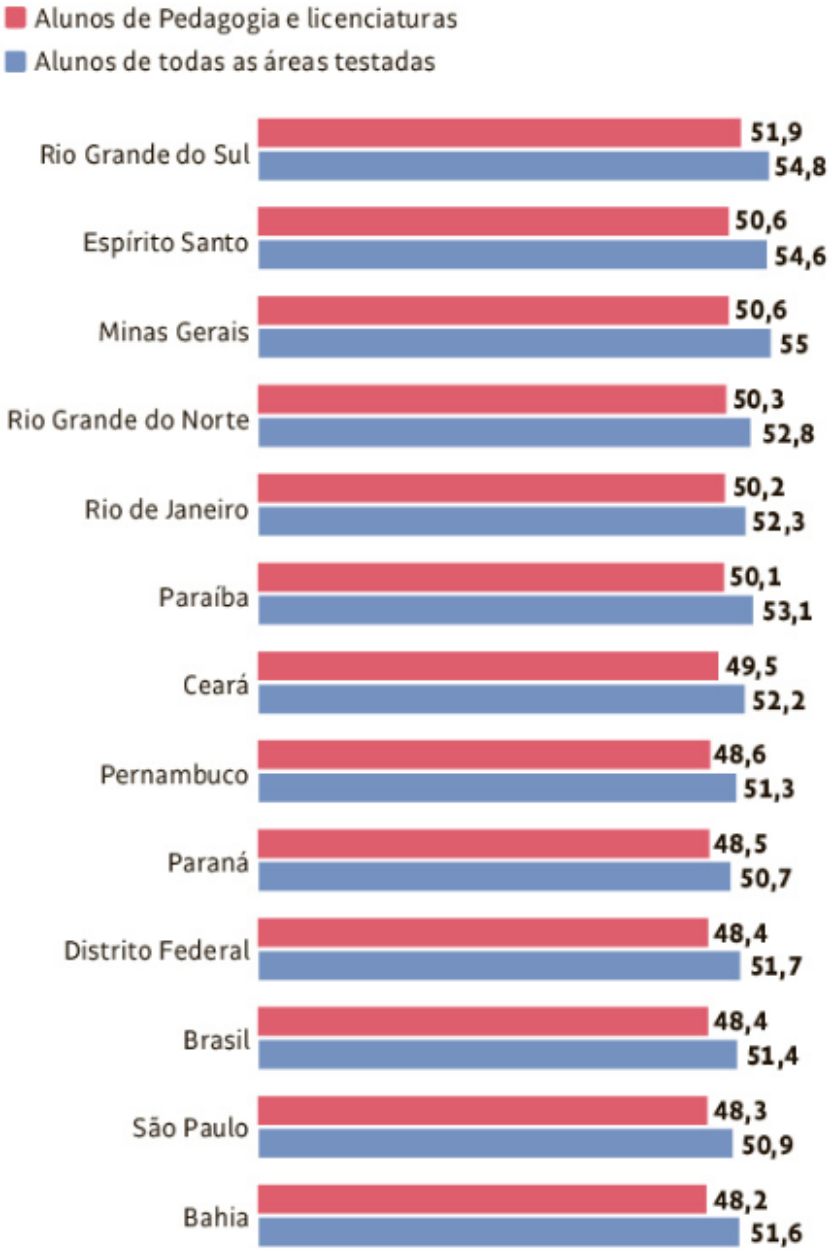
Outra consequência é a queda no número de crianças e jovens e, portanto, de alunos do ensino básico, que, por sua vez levará a queda no número de professores necessários.

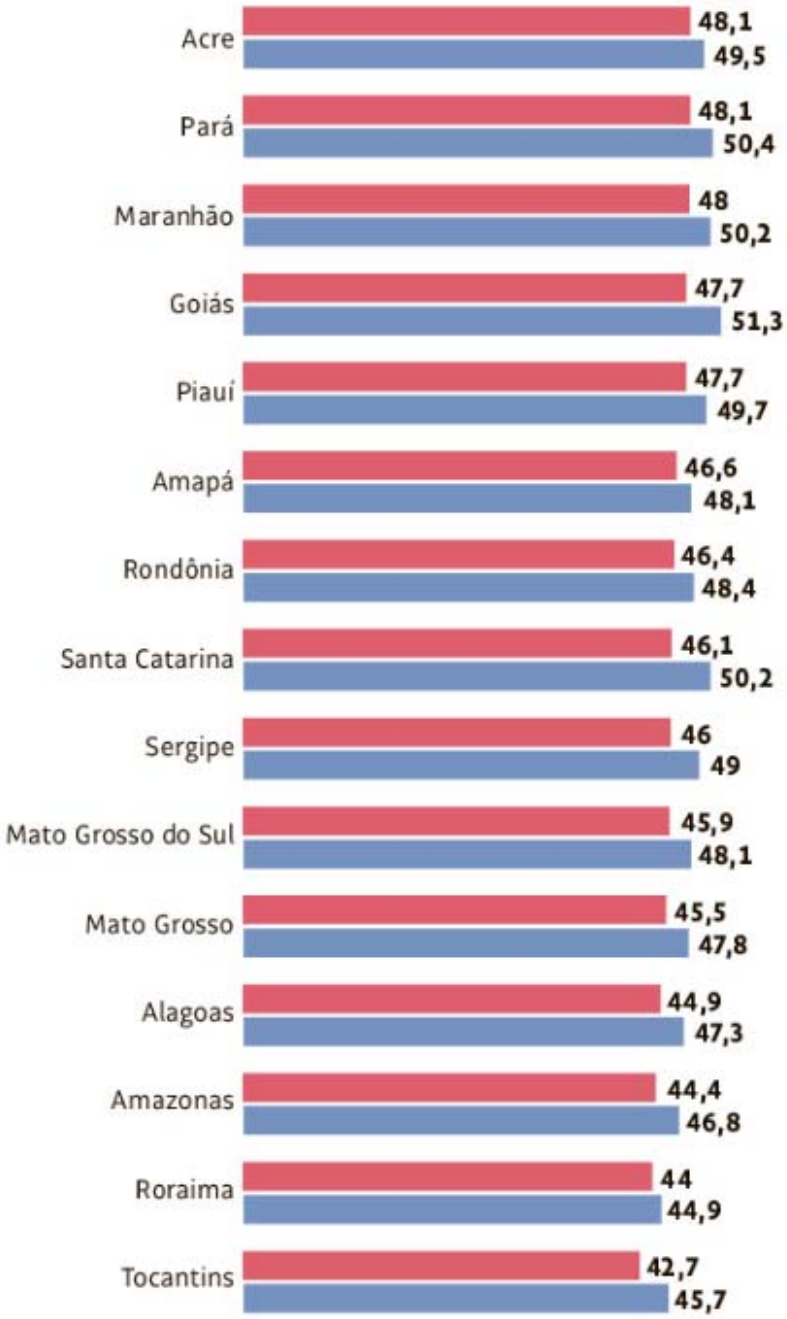
Segundo projeções do IAS, a quantidade de docentes no ensino básico deverá cair de 2,1 milhões em 2018 para 1,9 milhão em 2050.

Futuros professores

Em todos os estados do Brasil, concluintes de cursos universitários que serão professores têm desempenho acadêmico pior do que a média de todos os alunos

Nota na parte de formação geral no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), em 2017

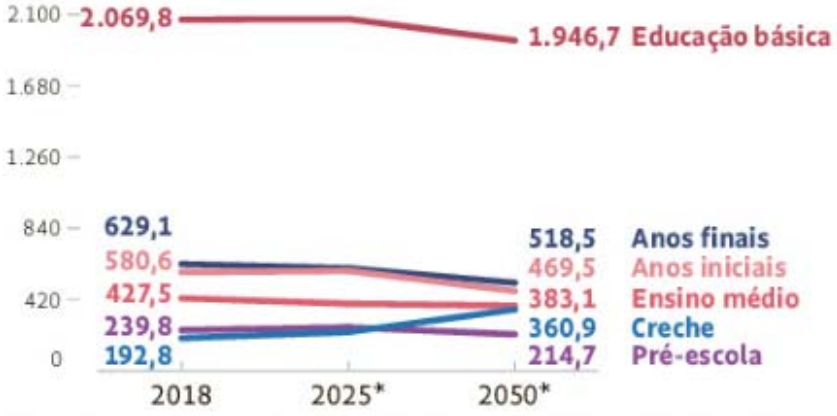




*Não há dados disponíveis para Rondônia
**O conjunto das áreas se refere aos cursos de graduação com grau acadêmico de bacharelado, licenciatura ou tecnólogo
Fonte: IAS/Insper/Oppen Social com base no Enade; no Sisu (Sistema de Seleção Unificada), no Censo Escolar (Inep) e nas projeções populacionais do IBGE

Queda no número de alunos levará quantidade de professores necessários no país a despencar, abrindo oportunidade para melhorar a qualidade da formação docente

Número de professores da rede pública (em milhares)



*Projeções Fonte: IAS/Insper/Oppen Social com base no Enade; no Sisu (Sistema de Seleção Unificada), no Censo Escolar (Inep) e nas projeções populacionais do IBGE

CORREIO BRAZILIENSE | 05/12/19 | BRASÍLIA-DF
Denise Rothenburg

Olho na educação

O resultado do Pisa divulgado na terça-feira, com um desempenho medíocre dos estudantes brasileiros, promete acelerar os ajustes políticos para colocar em votação na Comissão Especial a PEC 15/2015. A proposta de emenda constitucional defende a adoção permanente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O presidente do colegiado, Bacelar (Podemos-BA), acredita na possibilidade de construir acordo com as lideranças para votar o texto nas primeiras sessões legislativas do próximo ano, em fevereiro.

Olho na Educação II

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, por 24 votos a 8, a convocação do ministro da Educação, Abraham Weintraub. O motivo da convocação são os ataques do titular do MEC às universidades, onde Weintraub disse haver "plantações extensivas" de maconha.

CORREIO BRAZILIENSE | 05/12/19 | EDITORIAL

Pisa: nota vermelha

"Subdesenvolvimento não se improvisa. Cultiva-se." A frase, repetida com fina ironia por Roberto Campos, se ajusta à educação brasileira. O desempenho no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) mostrou, mais uma vez, que o Brasil não conseguiu quitar a dívida referente à qualidade do ensino. No ranking com 79 países, continua na fila de trás.

Aplicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a cada três anos, o Pisa avalia estudantes de 15 anos. O resultado divulgado na segunda-feira reprisou fotografia de corpo inteiro de adolescentes brasileiros cuja altura se mantém. Enquanto isso, os colegas de outros países não só crescem, mas também tomam hormônio para ultrapassar os demais.

É dramática a situação da leitura. Embora tenha havido pequena oscilação para cima, quatro em cada 10 jovens são analfabetos letrados. O paradoxo se explica: eles são aprovados nos testes das séries em que estão matriculados, mas mostram-se sem aptidão para identificar a ideia central de um texto e de estabelecer a relação entre as ideias.

Não só. Nesta edição, o Pisa entrou no terreno bastante contemporâneo das fake news. Testou a habilidade de distinguir fato de opinião e de avaliar a veracidade do que se afirma. Dos 17.500 brasileiros, só 2% se saíram bem contra 10% das demais nacionalidades. Em português claro: vítimas do sistema educacional são presas fáceis de falsas promessas e políticos inescrupulosos.

A deficiência na compreensão de texto contamina as demais disciplinas. Quase metade dos rapazes e moças que frequentam salas de aula não conseguem ler gráficos, resolver problemas simples (com números inteiros) e compreender experiências científicas elementares. A razão: sem dominar enunciados, como entender as questões propostas?

O 54º lugar no ranking da leitura tem parcela de responsabilidade no 66º lugar de ciência e no 70º lugar em matemática. Estar no andar de baixo não constitui novidade. O Brasil nunca deu um salto de qualidade. Entre 2000 e 2010, porém, chamou a atenção o avanço em matemática. Mas mudanças na política educacional sem critérios técnicos emperraram o processo.

O Ministério da Educação, atolado em questiúnculas que em nada contribuem para melhorar a qualidade do ensino, revela-se incapaz de dar resposta ao maior desafio do país — universalizar o acesso ao conhecimento. Há duas décadas, com atraso em relação às demais nações, o Brasil matriculou todas as crianças na escola.

Mas estacionou na caminhada. A inércia tem preço. Condena o país ao subdesenvolvimento e à pobreza. Sem capital humano apto a ombrear com os players internacionais, imobilizamos a inovação e perdemos competitividade. Em suma: caminhamos a passos largos para a irrelevância.

Até a última criança

» MOZART NEVES RAMOS

Diretor do Instituto Ayrton Senna e membro do Conselho Nacional de Educação

O título deste artigo é inspirado no do filme Até o último homem, dirigido por Mel Gibson, cujo roteiro se baseia numa história real que se passou durante a Segunda Guerra Mundial. O personagem central, o jovem Desmond Doss — um rapaz muito gentil, seguidor da religião cristã — vive numa cidade do interior da Virgínia, nos Estados Unidos. Doss decide se alistar no Exército americano para atuar como médico de combate e se destaca dos demais por se recusar a usar uma arma e matar pessoas. Ele alega que o único motivo pelo qual se alistou no Exército foi para salvar vidas, e não para tirá-las.

Isso o fez passar por muitos constrangimentos até chegar ao campo de batalha. Mas ele acreditava que Deus estava ao seu lado. Assim, na Batalha de Okinawa, uma das mais sangrentas da história, sozinho e desarmado, ele salva e resgata a vida de 75 soldados gravemente feridos. O soldado Doss entendia que não podia deixar nenhum homem para trás, à sua própria sorte, prestes a morrer em um campo de batalha. Ele não desistia nunca, por mais adversa que fosse a situação.

Ao ver esse filme, lembrei-me muito de uma preocupação permanente e obstinada de um grande educador brasileiro — Chico Soares, como gosta de ser chamado. Tenho o privilégio de tê-lo como colega no Conselho Nacional de Educação (CNE), e ele nunca se cansa de dizer: "Não basta um determinado município ou estado ter um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) alto, caso não inclua todas as crianças e todos os jovens".

Ele repete com frequência para todos nós, conselheiros, a sua preocupação com o fato de o Ideb, apesar da inegável importância de medir a qualidade do ensino oferecido, não levar em conta as crianças e os jovens que estão fora da escola. Não adianta ter qualidade apenas para alguns ou até para muitos, se não for para todos.

Segundo levantamento feito pelo movimento Todos Pela Educação com base nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), o Brasil tem cerca de 2,5 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos fora da escola. O montante representa cerca de 6% do universo total de alunos, cujo futuro pode estar comprometido se nada fizermos.

As crianças mais pobres são as que estão mais afastadas da estrutura escolar. Entre as famílias cuja renda per capita é de mais de cinco salários mínimos, 5,5% das crianças de 4 a 6 anos estão fora da escola. Já entre as que têm renda de até um quarto de salário mínimo per capita, o índice salta para 30%. Para começar a reverter esse quadro de exclusão — que responde em grande parte pela desigualdade vigente em nosso país —, é preciso assegurar que todas as crianças estejam matriculadas na pré-escola e sejam alfabetizadas até os 7 anos, pois aí está a pedra angular de todo o processo educacional.

Mas, obviamente, é preciso muito mais. É necessário dar condições para que essas crianças progridam nos estudos, oferecendo-lhes, sempre que possível, escolas de tempo integral com educação integral, de forma que elas possam se desenvolver plenamente. A educação integral requer que a escola desenvolva de forma intencional no currículo escolar as novas competências e habilidades necessárias para viver no século 21, tais como amabilidade, resiliência, criatividade, pensamento crítico e comunicação. Isso produz impactos profundos não só na aprendizagem escolar, mas no desenvolvimento pessoal e social dessas crianças.

O Brasil precisa ter a mesma persistência, determinação e obsessão que teve o soldado Doss em salvar todos os feridos na sangrenta Batalha de Okinawa: não desistir de nenhuma criança, de

nenhum jovem deste país, para que todos tenham não só acesso à escola, mas aprendam e concluam a educação básica na idade certa. De cada 100 crianças que começam o primeiro ano do ensino fundamental, somente metade chega ao último ano do ensino médio, e boa parte com grandes deficits de aprendizagem. De cada 100 que chegam ao final do percurso, apenas nove aprenderam o que seria esperado em matemática, e 29 em língua portuguesa. O filme Até o último homem trouxe-me a luz necessária para compreender de modo cabal a permanente inquietação do professor Chico Soares — de que a escola deve ser para todos. Não basta ter Ideb alto se não incluir todos.

Agência Brasil

http://agenciabrasil.ebc.com.br/

04/12/2019

Projeto insere alunos da rede pública no mercado de trabalho formal

Ideia é unir experiência profissional a cursos oferecidos nas empresas

Por Pedro Ivo de Oliveira - Repórter da Agência Brasil Brasília

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em parceria com Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério da Economia, inauguram nesta quarta-feira (4) o projeto de Aprendizagem Profissional Inclusiva (API), que dará a alunos da rede pública do município goiano de Cristalina oportunidade de entrar no mercado forma de trabalho de uma forma diferenciada.

O programa, cujo objetivo é facilitar a entrada de estudantes no primeiro emprego, é focado em jovens em situação de vulnerabilidade social. O projeto visa combinar aquisição de experiência de trabalho com cursos oferecidos dentro do ambiente das empresas. Esses ambientes vão preparar os jovens aprendizes para a realidade competitiva do mercado.

"Muitas vezes, apesar de terem o direito assegurado, jovens são excluídos de uma oportunidade profissional por terem déficit educacional ou não terem qualificação. [O projeto] conjuga uma parte prática com uma parte teórica, que é assegurada por treinamentos e formações estruturados pelas empresas", afirma a coordenadora nacional do Programa de Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho da OIT, Maria Cláudia Falcão.

E o resultado da parceria é animador, diz Maria Cláudia. Os estudantes selecionados para o projeto são otimistas e já fazem planos. "Os depoimentos são emocionantes. Os estudantes sabem que estão recebendo uma oportunidade muito grande de mudar sua realidade."

A primeira turma de aprendizes é formada por 18 jovens de 15 a 21 anos, que receberão ofertas de carreiras técnicas nas empresas. "A etapa de Cristalina servirá como um projeto piloto. Esses jovens sabem que carregam uma responsabilidade. Se o programa der certo, será levado para outros municípios interessados."

A Aprendizagem Profissional Inclusiva é financiada por termos de ajuste de conduta firmados pelo governo de Goiás e que agora são convertidos em obras sociais de benefício público. "Sem mudar nada da legislação, conseguimos fazer um módulo inclusivo que diminui a desigualdade das oportunidades de estudo. Mas é preciso [ter] apoio das empresas também, que devem aceitar construir um ambiente propício para receber esses futuros profissionais", afirmou Maria Cláudia.